

AOS CUIDADOS DO PREGOEIRO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2024 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE

Ref.: Recurso da Positivo Tecnologia S.A.
Itens 4 e 6.

GRUPO MULTI S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 59.717.553/0006-17, sediada na Rua Josefa Gomes de Souza, 382, SEDE, Bairro dos Pires, CEP 37640-000 Extrema/MG, por seu sócio administrador e advogados devidamente constituídos, vem perante Vossa Senhoria, apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**, conforme abaixo transcritos os fatos e fundamentos.

1. DOS MOTIVOS PARA MANUTENÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DA RECORRIDA

A recorrida participou da licitação Pregão Eletrônico nº 90007/2024 que tinha por objeto a compra nacional, mediante Sistema de Registro de Preços, de dispositivos de tecnologia da informação para uso educacional, para atendimento às necessidades da rede pública brasileira de educação básica, conforme especificações contidas no instrumento convocatório.

Ocorre que a empresa recorrente, POSITIVO TECNOLOGIA S.A., solicita a desclassificação da recorrida nos **itens 4 e 6** por suposto desatendimento aos quesitos do edital, mas não assiste razão à recorrente.

A atitude do pregoeiro em declarar vencedora a recorrida deve ser mantida, visto que a empresa atendeu plenamente todos os requisitos previstos no edital, conforme será pontualmente demonstrado abaixo.

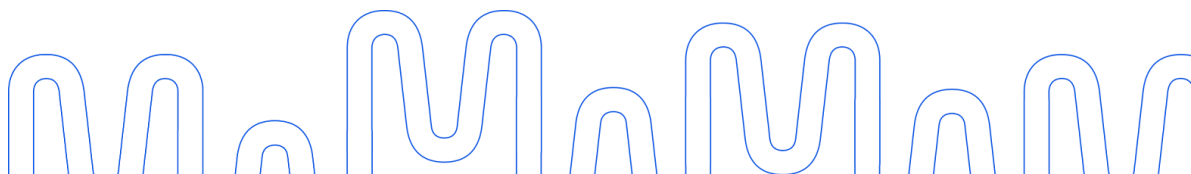
Antes de adentrar ao mérito das contrarrazões da Multi, o pregoeiro deve ter ciência de que a empresa Positivo (recorrente), quando perde a licitação por NÃO POSSUIR O MELHOR PREÇO, tem como “*modus operandi*” a tentativa de induzir à Administração em erro, se aproveitando de assuntos de complexo entendimento, como algumas legislações, questões técnicas de produtos, as certificações de produtos, análise de softwares, entre outros.

As alegações da empresa Positivo tem como costume ser tão absurdas que até mesmo o Pregoeiro da ETICE, no Pregão Eletrônico nº 1455/2020, deixou claro que ela se utiliza de jogos de palavras para conturbar o processo licitatório:

Apesar de estar claro que a Positivo **almeja conturbar o processo licitatório, com jogos de palavras**, inclusive pleiteando a desclassificação do licitante vencedor, a equipe técnica da ETICE revisou a proposta da empresa Recorrente Positivo, considerando ainda as informações adicionais contidas no recurso.

[...] (omissão original do documento)

Portanto, não prosperam os argumentos levantados pela empresa Recorrente de que a documentação concernente à Certidão de Falência e Concordata



apresentada pela empresa Multilaser esteja irregular, restando comprovado pelos documentos apresentados pela Recorrida, no momento do Certame, que se adequava plenamente aos ditames do Edital.

[...] (omissão original do documento)

[...]

V. CONCLUSÃO

v.1 Diante de todo o exposto, à luz dos princípios que norteiam as licitações públicas, mormente o da vinculação ao instrumento convocatório, e, ainda, considerando o Parecer Técnico (Anexo nos autos) emitido pela ETICE, este Pregoeiro decide CONHECER o recurso administrativo interposto pela empresa POSITIVO TECNOLOGIA S.A., eis que tempestivo, e, no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo inalterada a decisão que declarou a empresa MULTLASER INDÚSTRIA S.A. como vencedora do Grupo I, itens 01 e 02 do Pregão Eletrônico 20200009 - ETICE, pelos fatos e fundamentos legais e jurídico aqui expostos.**

Fortaleza, 10 de março de 2021.

Inicialmente, importa destacar que a estratégia da Positivo no presente certame é clara trazer complexidade a análise dos pontos técnicos à ponto de induzir a Administração em erro. **Inclusive, cita-se um fato comprobatório da ausência de idoneidade argumentativa da Positivo, ocorrido neste certame.**

No recurso apresentado referente aos itens 4 e 6 do edital, a Recorrente traz as seguintes alegações:

“7. Ou seja, a solução de Gerenciamento da Pulsus não possuía certificação da Microsoft na data da sessão de abertura/disputa de lances ocorrida em 19/maio/2025. A comprovação de conformidade foi obtida posteriormente, por meio de declaração emitida pela Microsoft apenas em 09/junho/2025, ou seja, após o prazo de formulação da proposta (data da disputa).

8. Ainda sobre o catálogo, nota-se claramente que o mesmo foi criado especificamente para atender ao edital sem qualquer detalhamento mínimo necessário sobre as funcionalidades/requisitos exigidos. A grande maioria das páginas traz apenas informações institucionais e assuntos relacionados a Google e seus produtos/serviços. **O “catálogo” indica mais uma proposta de desenvolvimento de uma solução de software, sendo que esta solução sequer existia para Microsoft na data da disputa, tanto que a carta da Microsoft é datada de 09/06/2025. Confira-se:**

[...]

□ **Insegurança jurídica: pois configura vantagem indevida em relação às demais licitantes que atenderam integralmente às exigências do edital, incluindo a apresentação de solução já homologada ou certificada na data do cadastro inicial da proposta.** Tal conduta fere o Princípio da Isonomia ao permitir a participação de licitantes com solução de gerenciamento ainda não efetivamente validada, assumindo riscos e eventualmente se beneficiando de uma condição não estendida aos demais.”

Note que o ponto central destes argumentos é que a carta de homologação emitida pela Microsoft é datada de depois da fase de lances, e que isto configuraria vantagem indevida em relação as demais licitantes [...], incluindo a apresentação de solução já homologada ou certificada na data do cadastro inicial da proposta.



Se a Administração avaliar os certificados do Chromebook 2x1 (item 5) apresentados pela própria Positivo no certame, claramente vai notar que o modelo ofertado só foi incluído no dia 30/05/2025:



Certificado de Conformidade

Certificate of Compliance

Nº: OFF 2484-24-09

Data de Emissão: 14/11/2024
Date of Issue

Valido até: 13/11/2027
Valid Term

Data de Revisão: Review date	Justificativa de Revisão: Review reason
20/01/2025	Inclusão do modelo N2420; relatórios de ensaio BREI240900044301, SN2312013, 2430341R-0E3012100115-A e componentes críticos AC Adapter modelos PA-1450-50XX e PA-1450-51XX (Liteon), PA-1450-50XX e PA-1450-51XX (Positivo), LCD modelos 2081116KHD024003-03D e 2062116QHD024003-50D, Placa-Mãe POS-EIDGQ (EP20AN1C) e SSD INTERCAMBIÁVEL*.
11/03/2025	Atualização do componente crítico Bateria SR41 2S5350-G1G1 (MFP-466894) e LCD (KD).
30/05/2025	Inclusão do modelo N2422 e dos relatórios de ensaios LET-ENE-RE 2395-15764-01 – C; BREI241000051601 e 2390695R-0E3012100115-A
10/06/2025	Atualização na descrição do componente Bateria, inclusão do relatório de ensaio BREI241000051602.

Nota: A validade deste Certificado está atrelada à realização das avaliações de manutenção e tratamento de possíveis não conformidades de acordo com as orientações do OAC e previstas no RAC específico da Portaria nº 304 de 2023".
Note Lista de componentes críticos consta no Anexo A, páginas 4.
"Certificado de Conformidade válido somente acompanhado de todas as suas páginas".



Certificado de Conformidade

Certificate of Compliance

Nº: MISC 2488-24-07

Data de Emissão: 20/01/2025
Date of Issue

Valido até: 19/01/2028
Valid Term

	NEI16465240504RE05	28/06/2024
	NEI16465240504RE03	28/06/2024
	NEI16465240504RE01	28/06/2024
Shenzhen NTEK Testing Technology Co., Ltd.	S23112203105E	31/01/2024

Data de Revisão: Review date	Justificativa de Revisão: Review reason
19/03/2025	Inclusão dos relatórios de ensaio HX20010/2025 e HX20010A/2025.
25/03/2025	Correção das informações técnicas do modelo Positivo Chromebook N2320.
30/05/2025	Inclusão do modelo Chromebook N2422; relatório de ensaio HX90018B/2024 e atualização na descrição dos produtos.



Certificado de Conformidade

Certificate of Compliance

Nº: MISC 2488-24-10

Data de Emissão: 20/01/2025
Date of Issue

Valido até: 19/01/2028
Valid Term

30/05/2025

Inclusão dos modelos N2422, N2320; relatórios de ensaio NEI16465240705RE02, NEI16465240601RE02 e atualização no campo descrição dos modelos.

Nota: Conforme resultados obtidos nos ensaios, os modelos de Notebook podem ser classificados grau IP41 segundo a norma
Note ABNT NBR IEC 60529.

Inclusive, caso a Administração queira buscar a versão anterior destes certificados, pode acessar o site da www.transparencia.pr.gov.br, clicar em compras, ano 2023 e Pregão Eletrônico 1031, que vai ter acesso aos documentos apresentados neste certame.

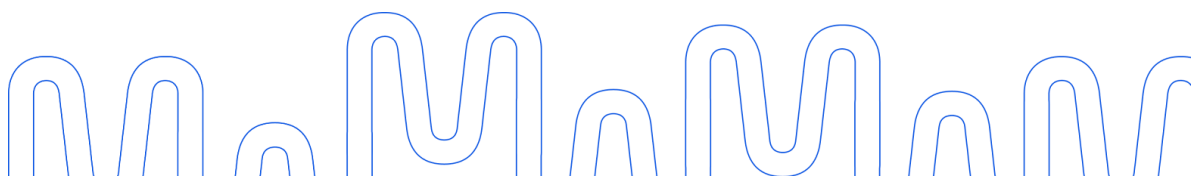
O objetivo desta demonstração não é requerer a desclassificação da Positivo no referido item ou alegar que cometeu qualquer tipo de erro ou ilícito, mas sim demonstrar para a Administração que a recorrente não tem o mínimo de idoneidade intelectual e fática quando escreve seus recursos, **tanto que neste caso está usando como argumento de desclassificação um fato que ela mesmo se enquadrou, pois o seu produto cotado não tinha 3 certificações na data da sessão pública.**

Cabe a Administração a análise dos argumentos da recorrente ciente da total falta de idoneidade argumentativa, busca da verdade real e do uso de jogo de palavras para indução ao erro.

1.1. DO PLENO ATENDIMENTO AO SISTEMA DE GERENCIAMENTO

A recorrente, no seu rotineiro *modus operandi* de jogar com palavras, apresentando alguns fatos e omitindo outros, a fim de tentar ludibriar a Administração com sua narrativa e se sagrar vencedora onerando os cofres públicos. Como se não bastasse a má-fé já demonstrada, aparentemente está querendo assumir as funções da Administração Pública e tentando criar exigências editalícias após a fase de disputa.

Inicialmente, tenta emplacar um entendimento extremamente extensivo sobre prova CABAL, alegando que os catálogos técnicos, ponto a ponto e vídeos da desenvolvedora de software somadas a DECLARAÇÃO DA PRÓPRIA MICROSOFT atestando compatibilidades as exigências do edital não são provas suficientes. A verdade é que a empresa usaria esta mesma alegação para qualquer prova enviada, independentemente do tipo, formato e complexidade, pois em um sistema de informática sempre é possível pedir um algo a mais. Se testar com uma



máquina teria que ser duas, se for duas, teria que ser dez... Se for durante 1 dia, teria que ser durante 1 mês e assim sucessivamente.

Quem tem o poder de decidir se as provas técnicas são suficientes ou não é a equipe técnica da Administração, balizada nas exigências do edital, que neste caso autoriza a comprovação através de documentação técnica hábil, prova de conceito e/ou avaliação de AMOSTRAS. Tendo a equipe técnica entendido pelo cumprimento das obrigações na forma apresentada, não pode a Positivo tentar inventar novas regras, que é o que está tentando fazer em seu recurso.

Pode-se afirmar isto, pois, no parágrafo 11 do seu recurso, alega que a Pulsus se posiciona como parceira GOOGLE, sem qualquer menção enfática de parceria com a Microsoft e que não está listada nem no marketplace e nem como parceira Microsoft em seu site. Ora, estas alegações nada mais são que tentativas de criar regras no edital, pois não há em lugar algum a exigência de qualquer uma destas comprovações. Até porque se tivessem com certeza não passariam por qualquer órgão fiscalizador, pois o fato de ser parceira GOOGLE não impede de ter sistemas para produtos Microsoft, assim como a decisão de estar no Marketplace ou listada como parceira Microsoft é exclusivamente da Pulsus, a depender de sua estratégia comercial.

O edital não exigiu nada do que foi apresentado como argumento recursal, mas sim, tão somente, que o sistema fosse homologado pela Microsoft, o que se comprovou através da carta que foi assinada pelo “Diretor Brasil – Dispositivos” senhor Eventon Caliman¹, que conforme informações do LinkedIn atua na Microsoft há mais de 11 anos:




São Paulo, 09 de junho de 2025

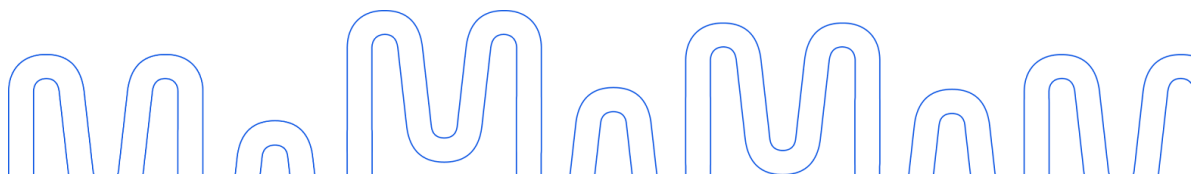
Prezados,

A Microsoft do Brasil Importação e Comercio de Software e Video Games Ltda. CNPJ. 04.712.500/0001-07, na qualidade de fabricante de Softwares e Games, para fins de comprovações do processo licitatório Pregão Eletrônico nº 90007/2024, realizado pela Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, declara que o fornecedor: MDM Soluções Ltda. CNPJ. 14.597.970/0001-20 foi testado e atende aos requisitos para gerenciamento do sistema operacional Windows 11 Pro, incluindo sua versão educacional (STF) através Agente de Gerenciamento Pulsus para Windows

Atenciosamente,


Eventon Caliman
Diretor Brasil – Dispositivos
Microsoft Informática Ltda

¹ <https://www.linkedin.com/in/everton-caliman-627110b/>



Por todo exposto, fica claro que:

- O catálogo foi apenas um dos documentos apresentados, mas não o único.
- O material citado – o catálogo institucional – de fato resume os principais recursos e funcionalidades da solução, o que é prática comum em processos licitatórios. No entanto, a comprovação técnica da aderência aos requisitos do edital **não se deu exclusivamente por esse documento**.
- A empresa apresentou, quando solicitado pela FNDE, material técnico complementar substancial, incluindo:
 - Documentação técnica detalhada;
 - Vídeos demonstrativos das funcionalidades da plataforma, evidenciando o pleno atendimento aos requisitos;
 - Prints operacionais e tutoriais;
 - Carta técnica da Microsoft sobre a compatibilidade com Windows 11 Educacional;

A Positivo traz diversas alegações disfuncionais, como, por exemplo, de que o que foi apresentado é apenas um “Portal Web” e não um sistema de gestão de dispositivos, tentando dar a entender que a Pulsus criou apenas uma “máscara” de sistema para ludibriar a Administração (e nesta hipótese também teria ludibriado a própria Microsoft).

A solução de gerenciamento para dispositivos Windows é uma plataforma UEM (Unified Endpoint Management), acessada via interface Web. A alegação de que foi apresentada “apenas” uma interface Web demonstra desconhecimento da Recorrente, pois é assim que esta tecnologia de gestão de dispositivos funciona.

Ao afirmar que a ferramenta “omite” o gerenciamento real por se concentrar na interface Web, a recorrente distorce o funcionamento das soluções de gestão de dispositivos. Essas soluções operam via console Web, e os comandos dessa interface afetam diretamente os dispositivos, como mostram os vídeos apresentados, que demonstram:

- Cadastro e envio de aplicativos para instalação remota;
- Criação de listas de sites bloqueados e aplicação das políticas;
- Monitoramento e rastreamento de dispositivos.

A alegação de que “cadastros Web não evidenciam a gestão de dispositivos” reflete desconhecimento técnico das soluções UEM ou um esforço de desqualificação sem base no edital ou nos elementos técnicos apresentados.

Importante destacar a participação da Pulsus no evento Mobile World Congress 2025, ocorrido entre os dias 03 e 06 de março de 2025, apresentando sua solução para gerenciamento de dispositivos que inclui o sistema operacional Windows, que comprova que o sistema já existia antes da licitação:





Brasil IT +

[← Voltar à página do expositor](#)

Pulsus: além do MDM/EMM

Pulsus: além do MDM/EMM, permitindo novos fluxos de receita.

A Pulsus está redefinindo o MDM/EMM, transformando as soluções de TI em uma plataforma para novas receitas, incluindo um plano básico gratuito para parceiros e revendedores.

Com segurança de alto nível (classificação A no Security Scorecard) e qualidade excepcional, gerencie dispositivos com vários sistemas operacionais (Android, iOS, **Windows**, Mac, Chrome) perfeitamente em um só lugar. Nossa plataforma oferece recursos que aumentam a segurança e a produtividade, como:

- Telemetria: Simplificando a eficiência e a segurança logística identificando rotas, desvios e comportamentos de risco.
- Inventário grátis: Ofereça nosso plano de inventário gratuitamente como estratégia de crescimento.
- Gerenciamento de cartão SIM: Impedindo o uso não autorizado de cartões SIM da empresa.
- Controle remoto: Forneça suporte seguro e instantâneo sem nenhum software adicional.
- Man Down: Garanta a segurança com alertas automáticos de queda.
- Relatório KM: Simplifique os reembolsos usando dados de distância coletados automaticamente.

CONTATO & CONTATOS

- Email
- Chamar
- Teia
- Conecte-se no LinkedIn
- Siga no Facebook

LOCALIZAÇÃO


📍 Pavilhão 1 Stand 1C50

INTERESSES

- INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
- BIG DATA/ANÁLISE
- SERVIÇOS EM NUVEM
- SOLUÇÕES EMPRESARIAIS
- INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS

Fonte: [Brasil IT + | MWC Barcelona](#)

Home / Exhibitors / (360) Pulsus



(360) Pulsus

Information

Pulsus is a Google Gold Partner and Android Enterprise Recommended that goes beyond an MDM/EMM (Mobile Device Management) solution. We are your world-class business acceleration platform with top-tier security (A-rated on Security Scorecard) and unmatched quality.

Manage multiple devices and operating systems (Android, iOS, **Windows**, Mac, and Chrome) in one place and experience Pulsus advantage with features designed for security and productivity, such as:

- Pulsus Telemetry: Manage your fleet in real-time, improve your efficiency, reduce costs and prevent accidents.
- SIM-card Management: Prevent company SIM cards from being used in personal devices, avoiding unauthorized access.
- Geo-fencing: Create virtual geographic boundaries to control device or app usage based on location.
- Remote Control: Access users quickly and securely through remote support, eliminating the need for additional software.
- Pulsus Signals: Assess signal coverage levels (5G, 4G, 3G, and 2G) of mobile network operators with an interactive map.

Pulsus empowers your business to make data-driven decisions and maximize profit.

CONTACT & LINKS

- Email
- Web

LOCATION

📍 Hall 1 Stand 1C50

INTERESTS

- CLOUD SERVICES
- ENTERPRISE SOLUTIONS
- MANUFACTURING AND INDUSTRY 4.0
- MNO/MVNO
- RETAIL/DISTRIBUTION CHANNELS

Fonte: [\(360\) Pulsus | MWC Barcelona](#)

Fica a questão: A Microsoft homologaria um sistema que não atende as exigências do edital? Estamos falando de uma das maiores empresas do mundo, com altíssimos níveis de governança e uma declaração nos termos apresentados só é emitida após passar por validação de diversos setores, muitas vezes são necessárias até autorizações internacionais. **O sistema da Pulsus passou por este tipo de escrutínio e foi aprovado.**

O ponto central é que a solução está homologada pela Microsoft, de forma oficial e inequívoca, no qual ela declara que atende as exigências do FNDE. Portanto, do ponto de vista da Administração Pública, o risco de inadimplemento técnico é inexistente.



Pede-se licença ao julgador para não adentar em todos os parágrafos da vociferação apresentada pela Positivo que nitidamente tenta desviar o foco técnico com argumentos imprecisos e subjetivos, para informar, mesmo entendendo que todas as exigências do edital já foram devidamente comprovadas, com documentos e demonstração em vídeo, a Pulsus preparou material extra combatendo ponto a ponto cada alegação apresentada pela Recorrente, o que mais uma vez reforça que o seu sistema é extremamente robusto e funcional.

Inclusive, caso a Administração entenda ser necessário mais alguma comprovação, há total disposição tanto da Pulsus, como da Microsoft, em apresentar.

1.2. DO MATERIAL PARA COMPROVAÇÃO “EXTRA”

A análise claramente enviesada trazida pela recorrente trata dos materiais enviados para comprovação documental, inclusive em resposta à diligência solicitada pela FNDE e prontamente atendida pelo Grupo Multi quanto ao atendimento aos requisitos da Solução de Gerenciamento.

Das supostas evidências apresentadas pela Positivo para justificar sua opinião quanto ao não atendimento dos requisitos, a empresa embasa a maior parte de seu recurso no fato de os vídeos e materiais enviados supostamente não estarem aderentes à sua interpretação de como deveriam ser comprovados os requisitos do edital, se abstendo completamente de mencionar que estamos falando de uma diligência para **comprovação documental**, onde, como o próprio nome estabelece, são utilizados documentos para atestar o atendimento aos requisitos do edital.

Em se tratando de uma comprovação documental, o Grupo Multi solicitou à Pulsus que proativamente trouxesse exemplos de atendimento aos requisitos enriquecidos por vídeos apresentando a interface da solução para que a resposta à diligência fosse além da simples apresentação de folders e catálogos, fato que foi cumprido na diligência e, novamente agora, em via recursal, derrubando cada um dos pontos apresentados em sua peça recursal:

a) REQUISITO E-1

E-1	Deve possuir funcionalidade(s) de controle de contas de usuário (gerenciamento de identidade) cobrindo, no mínimo: gestão de usuários e acessos (exemplo: configuração de contas por grupo e por nível de privilégio) e proteção contra acesso não autorizado.
-----	--

O requisito estabelece “Configuração de contas de usuário”, requisito plenamente atendido pela solução Pulsus, conforme demonstrado no vídeo e captura de tela abaixo.

[Cadastro de usuários e nível de acesso devidamente refletido](#)

[Gestão de acesso aos dispositivos](#)

[Controle de acesso de usuários](#) – Traz segurança à acesso indevido na Plataforma Web



[Gestão de acesso aos dispositivos](#) - Traz segurança à acesso indevido no device

b) REQUISITO E-2

E-2	Deve possuir funcionalidade(s) de controle, aplicação e gestão de políticas de acesso cobrindo, no mínimo: gestão de políticas de acesso (criar política, habilitar/desabilitar política, parametrizar política), gestão de grupos (criar grupo, atribuir grupo, atribuir políticas) gestão de acesso a aplicativos (atribuir aplicativos a grupos), gestão de acesso a navegação web (no mínimo liberar/bloquear navegação e liberar/bloquear sites), gestão de acesso a interfaces (gestão de portas de entrada/saída).
-----	---

A solução Pulsus **já implementa a gestão de políticas de acesso através da criação e gestão de grupos**, sendo possível **atribuir políticas específicas a cada grupo**, conforme evidenciado nos vídeos abaixo:

[Criação de Grupos](#)

[Atribuição de Políticas aos grupos](#)

[Vídeo completo apresentado em resposta à diligência](#)

Quanto à alegação de ausência de evidência da instalação e funcionamento dos aplicativos nos dispositivos, apresentamos abaixo comprovação do **processo de instalação remota de aplicativos**, partindo da console web de gestão até o efetivo **download do app no dispositivo gerenciado**, confirmando a **propagação efetiva da política** e a execução do download.

O vídeo mostra que o aplicativo é instalado e **fica funcional no dispositivo**, o que comprova não apenas o envio do comando, mas a efetiva **execução da ação no equipamento**.

[Instalação de Aplicativos 1](#)

[Instalação de Aplicativos 2](#)

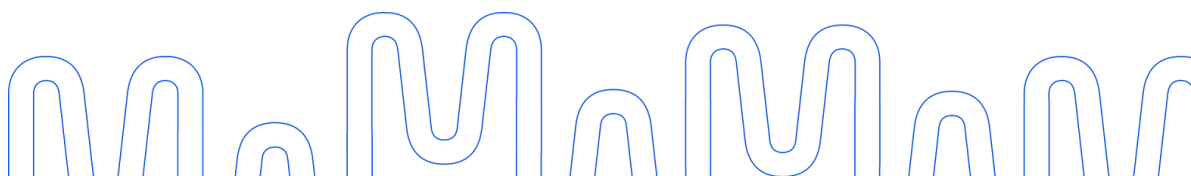
Ainda relacionado à gestão de aplicativos, cabe ressaltar a funcionalidade de gerenciamento de APPs permitidos é nativa da solução Pulsus, onde o acesso a aplicativos específicos pode ser facilmente bloqueado ou permitido pelo gestor de TI a partir da interface do sistema de gestão:

[Gerenciamento de APPs permitidos](#)

A recorrente afirma que não houve comprovação de que as listas de sites permitidos impactaram a navegação dos dispositivos. O recurso de **criação de listas de sites permitidos é funcional**, conforme apresentado na interface e demonstrado no vídeo enviado em diligência.

A seguir, compartilhamos evidência **demonstrando o dispositivo acessando apenas os sites permitidos e bloqueando o restante**, o que comprova a eficácia do controle e atende ao objetivo do requisito.

[Sites Permitidos 1](#)



[Sites Permitidos 2](#)

Sobre a gestão de portas de entrada e saída, o requisito foi plenamente atendido e validado através da documentação técnica apresentada:

[Gestão de portas de entrada e saída 1](#)

[Gestão de portas de entrada e saída 2](#)

c) REQUISITO E-3

E-3	Deve possuir funcionalidade(s) de inventário de dispositivos cobrindo, no mínimo: identificação de dispositivos, inventário de softwares/aplicativos instalados e inventário de integridade (ações/erros).
-----	--

A Pulsus possui funcionalidades avançadas de inventário, incluindo a coleta automática e periódica de dados de hardware, sistema operacional, aplicativos instalados e status de sua integridade. O sistema oferece relatórios detalhados e atualizados em tempo real, além de permitir a extração e auditoria de logs, atendendo integralmente ao requisito em questão, conforme demonstrado em resposta à Diligência solicitada pela FNDE.

Para fins de comprovação, encaminhamos abaixo vídeos com demonstrações práticas do funcionamento das funcionalidades relacionadas ao controle de inventário, tanto de Software quanto de Hardware, com relatório de integridade:

[Inventário de Softwares/Aplicativos](#)

[Relatório de Inventário](#)

[Número de série](#)

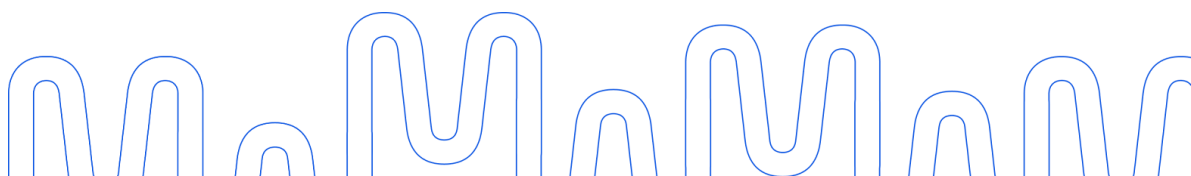
d) REQUISITO E-4

E-4	Deve possuir funcionalidade(s) de gerenciamento remoto de dispositivos, cobrindo, no mínimo: registro e configuração de dispositivos, distribuição de aplicativos e configurações, assistência remota e comandos remotos (exemplo: localizar e desativar dispositivos).
-----	---

O requisito E-4 é específico, estabelecendo que a solução de gerenciamento:

“Deve possuir funcionalidade(s) de gerenciamento remoto de dispositivos, cobrindo, no mínimo:

- 1) Registro e configuração de dispositivos,
- 2) Distribuição de aplicativos e configurações,
- 3) Assistência remota e comandos remotos (exemplo: localizar e desativar dispositivos)”



Estes itens foram amplamente demonstrados nos vídeos já apresentados e validados para diligência:

[Requisito E-4 vídeo 1](#)

[Requisito E-4 vídeo 2](#)

[Instalação de Aplicativos 1](#)

[Instalação de Aplicativos 2](#)

[Controle Remoto](#)

[Comando de Reiniciar](#)

[Comando de Desligar](#)

[Localização](#)

[Hardware e Inventário](#)

[Desinstalação de APP](#)

e) REQUISITO E-5

E-5	Deve possuir funcionalidade(s) de desativação de dispositivos cobrindo, no mínimo: redefinir dispositivo, remover dispositivo do gerenciamento e apagar dados do dispositivo (retornar ao estado original).
-----	---

1. Sobre a função de "Apagar dados" (Wipe) e o retorno ao estado original de fábrica

A recorrente argumenta que “apagar dados (wipe)” não seria equivalente ao “retorno ao estado original de fábrica”, sugerindo que a funcionalidade apresentada não atenderia integralmente ao requisito do edital. Tal interpretação, no entanto, **carece de respaldo técnico e ignora o comportamento padrão das plataformas de gerenciamento de dispositivos (UEM)**, especialmente em ambientes multiplataforma como o da solução ofertada.

- A solução Pulsus **adota a nomenclatura "Apagar dados"** como uma **convenção de interface**, porém a funcionalidade executada realiza exatamente o que o edital requer: **restaura o dispositivo ao seu estado original de fábrica**, o que inclui:
 - Apagamento de todos os dados pessoais e configurações customizadas;
 - Retorno ao sistema operacional limpo, com configurações e aplicativos de fábrica;



- **Desvinculação do gerenciamento**, quando combinada com a função de remoção.
- O conceito técnico de *factory reset* ou *wipe* pode variar de acordo com a plataforma (Android, Windows, iOS, etc.), mas o resultado final – exigido no edital – é plenamente atingido, conforme demonstrado.

2. Sobre a funcionalidade “Remover dispositivo do gerenciamento”

A recorrente também aponta que, embora a interface Web da Pulsus exiba a opção de remoção do dispositivo do gerenciamento, **essa funcionalidade não teria sido efetivamente acionada para demonstrar sua execução**.

- A funcionalidade **foi demonstrada na interface da solução**, com exibição clara do fluxo de remoção de um dispositivo da gestão remota.
- Contudo, **outro vídeo complementar foi gravado**, evidenciando a **execução da remoção do gerenciamento e o comportamento do dispositivo após a operação**, que inclui:
 - A **desvinculação do console da Pulsus**;
 - O desaparecimento do dispositivo da lista gerenciada;
 - A volta do dispositivo ao estado de uso sem política ativa.

[Desativação de dispositivos / Reset de fábrica](#)

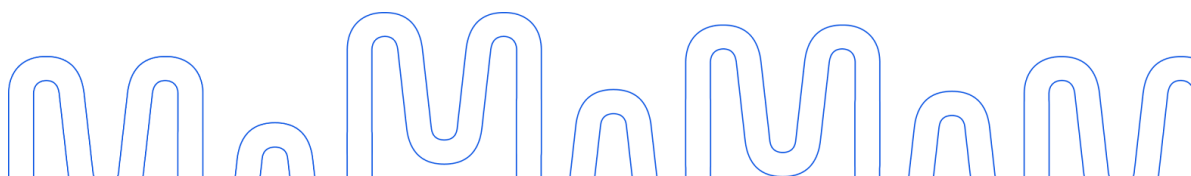
f) REQUISITO E-6

E-6	Deve possuir hub (centro/loja) de disponibilização/distribuição de aplicativos homologados/autorizados, com funcionalidade(s) de gerenciamento dos aplicativos disponibilizados.
-----	--

1. Sobre a alegação de que a solução não se configura como um “hub” por permitir que o mesmo administrador cadastre e distribua aplicativos

A alegação da recorrente parte de um **entendimento equivocado sobre o conceito técnico de um hub (ou centroloja) de aplicativos em soluções UEM**. O edital não exige a existência de uma loja pública externa, nem impõe restrições sobre quem pode publicar e distribuir os aplicativos — mas sim:

“Deve possuir hub (centroloja) de disponibilização/distribuição de aplicativos homologados autorizados, com funcionalidade(s) de gerenciamento dos aplicativos disponibilizados.”



Na prática, a solução Pulsus disponibiliza um **módulo específico para gerenciamento de aplicativos**, em que o administrador pode:

- **Cadastrar aplicativos** de forma centralizada;
- **Distribuir seletivamente para grupos de dispositivos**;
- **Controlar o ciclo de vida dos apps** instalados.

O fato de o administrador poder cadastrar e distribuir o aplicativo é um comportamento natural e compatível com a lógica de um UEM institucional — que, inclusive, proporciona mais controle e segurança à Administração Pública.

Cabe ressaltar que a própria Microsoft disponibiliza no Windows uma loja de aplicativos homologados por ela de forma nativa, sendo que o sistema de gerenciamento faz o trabalho de limitar o uso do usuário e restringir para os aplicativos homologados pelo gerenciador do dispositivo.

2. Sobre a evidência da instalação dos aplicativos no dispositivo

A recorrente afirma que não houve comprovação de que o aplicativo distribuído foi efetivamente instalado nos dispositivos, seguem abaixo comprovações:

[Instalação de App 1](#)

[Instalação de App2](#)

[Desinstalação de APP](#)

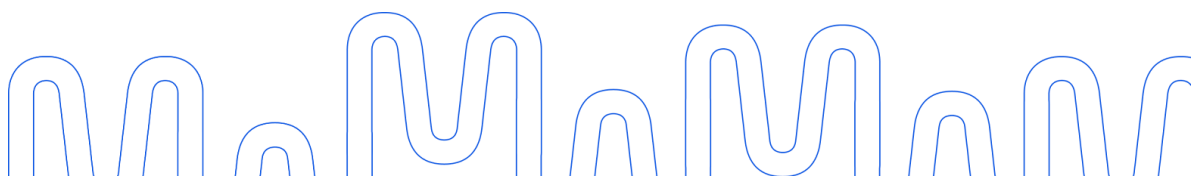
Essa sequência **demonstra não apenas o envio do comando**, mas também sua **propagação e execução no dispositivo real**, conforme exigido pelo edital.

g) REQUISITO E-7

E-7	A solução de gerenciamento deve ser entregue com licenciamento do tipo perpétuo, com garantia de atualizações, no mínimo, durante o período de vigência da Garantia Técnica dos dispositivos (48 meses).
-----	--

Cumpra esclarecer que a proposta apresentada pelo Grupo Multi atendeu integralmente ao requisito E-7. A proposta está em conformidade com o edital, com **licenciamento vitalício da solução** e compromisso formal de prestar **suporte técnico, atualizações e manutenção corretiva** por todo o período de 48 (quarenta e oito) meses.

A adequação contratual foi formalizada na proposta comercial e reforçada em declaração específica apresentada ao FNDE. O atendimento ao requisito E-7, portanto, está não



apenas **formalmente documentado**, como **expressamente aceito pela Administração**, inclusive após a fase de diligência.

h) REQUISITO E-8

E-8	No que se refere à segurança digital, considerando o disposto na Resolução CE-ENEC nº 3, de 11 de julho de 2024, frisamos que a solução de gerenciamento dos dispositivos educacionais deve cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais e fornecer (i) aplicação de filtros de conteúdo para controle ou bloqueio de acesso a determinados sites e aplicativos; (ii) acesso com login e senha para identificação do usuário; e (iii) capacidade de gerenciamento remoto e monitoramento e/ou análise de conteúdo acessado para fins de segurança.
-----	--

A recorrente alega que a solução ofertada não atende ao requisito E-8 do Apêndice E, que trata da conformidade com a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**, da segurança dos dispositivos e da aplicação de mecanismos de controle, como filtros de conteúdo e registros de uso. Essa alegação, no entanto, é **improcedente e tecnicamente infundada**.

A Pulsus demonstrou, por meio de documentação técnica detalhada e parecer jurídico emitido por consultoria especializada, que sua solução **está plenamente adequada à LGPD (Lei nº 13.709/2018)**, observando os princípios da minimização de dados, segurança da informação, rastreabilidade, finalidade e transparência no tratamento de dados pessoais. A declaração técnica foi elaborada com base nos fundamentos da Resolução CE-ENEC nº 3/2024.

No aspecto operacional, a solução contempla:

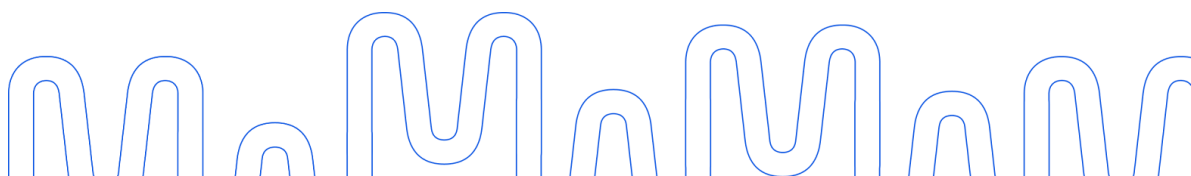
- Aplicação de **filtros de conteúdo por políticas de whitelist e blacklist**, com bloqueio de sites e aplicativos;
- Acesso com Login e Senha para identificação de usuário (tanto usuários da solução de gerenciamento quanto usuários dos dispositivos - ou seja, independente da interpretação do termo “usuário”, a solução Pulsus atende ao requisito);
- **Logs de ações** realizadas nos dispositivos e no painel de gestão;
- Controle de permissões sensíveis (câmera, microfone, localização, USB etc.);
- Painel de monitoramento remoto, permitindo a análise do conteúdo acessado para fins de segurança

Apresentamos, a seguir, material complementar para comprovação de atendimento ao requisito de Gerenciamento remoto.

[Sites Permitidos 1](#)

[Sites Permitidos 2](#)

[Controle Remoto](#)



I) CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, verifica-se que os argumentos trazidos pela recorrente carecem de fundamentação técnica e jurídica, além de estarem dissociados das disposições expressas no edital. A peça recursal, ao tentar reinterpretar cláusulas com base em critérios não previstos no instrumento convocatório, incorre em violação ao princípio da vinculação ao edital, além de afrontar os princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021.

O Grupo Multi e a Pulsus comprovaram, com documentação robusta, declarações formais, pareceres técnicos e vídeos demonstrativos, o pleno atendimento a todos os requisitos técnicos do Apêndice E. As alegações da recorrente se baseiam em entendimentos subjetivos e interpretações extensivas que, se acolhidas, teriam o efeito de restringir indevidamente a competitividade e comprometer o interesse público na obtenção da melhor solução disponível.

Por fim, cabe ressaltar que caso a equipe técnica entenda que é necessário apresentar mais alguma prova de funcionamento do sistema de gestão a empresa está à disposição, ao passo que se esforçou ao máximo para apresentar e reapresentar as mais diversas comprovações de usabilidade.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS FATOS OCORRIDOS NAS LICITAÇÕES APRESENTADAS PELA RECORRENTE

A recorrente traz em seu recurso fatos ocorridos em outros certames para levar a Administração a crer que o Grupo Multi não honra suas propostas comerciais, trazendo dúvidas sobre a análise técnica efetuada pela Administração no presente certame, ignorando a quantidade extremamente relevante de atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa.

Ocorre que a recorrente apresenta uma situação de forma totalmente enviesada, omitindo fatos da Administração que demonstrariam que, em ambos os certames, há discussões extremamente relevantes sobre a legalidade dos atos.

Desta forma, será demonstrado o histórico dos acontecimentos dos certames em questão, que demonstrarão ocorrências “incomuns” que acabaram sempre beneficiando a recorrente e, conseqüentemente, demonstrarão que os presentes casos não podem ser utilizados como “paradigmas”, inclusive, porque há discussões sobre a legalidade dos atos, até mesmo perante o Tribunal de Contas do Paraná.

Antes de apresentar os fatos, se faz necessário solicitar escusas à Administração pela longa argumentação que será apresentada, mas que não seria necessária se a recorrente não estivesse tentando induzir à Administração ao erro.

O primeiro caso a ser apresentado será o Pregão Eletrônico nº 103/2024 da CELEPAR, em que o item participado pelo Grupo Multi tinha como objetivo a aquisição de “Câmera IP 6MP e Serviço de Garantia Estendida para Câmera IP 6MP”. Neste caso, o Grupo



Multi inicialmente teve sua proposta recusada pela primeira vez devido à uma “diligência” no site do fabricante chinês da solução, conforme parecer técnico abaixo:

PARECER TÉCNICO

1. RELATÓRIO

A empresa encaminhou à comissão de licitação atestado de capacidade técnica referente ao item 18.7.3 LOTE 1, apresentando total superior ao especificado no edital, portanto **atende** plenamente conforme resumo (fl.1096 mov. 184 do protocolo).

Quanto à especificação técnica mínima o item avaliado em questão é o item 6.1 LOTE 1 - ITEM 01 – CÂMERA IP 6MP, conforme consta no edital em que a proponente apresentou a marca e modelo Longse Technology Limited/Multi/Multi Giga/M5 ID840 IKZ AI (P/N: LVDBH5XKL800) (fl. 724 mov. 178) e link com as especificações do produto (fls. 726 mov. 178):
<https://governo-arquivos.grupomulti.com.br/products/celepar-pr-pe-n-103-2024-57/files/249-datasheet-multi.pdf>.

A equipe técnica fez diligência na data de 30/01/2025, às 14h15, no site da fabricante conforme a sequência listada abaixo:

- (1) <https://www.longse.com/Products/NetworkProducts/NetworkCameras/Pro/>
- (2) <https://www.longse.com/Products/NetworkProducts/NetworkCameras/Pro/8MP/2022/0610/1477.html>
- (3) Aba Download:
<https://www.longse.com/uploadfile/longse/pdf/IPC/Longse%20Pro/Longse%20Varifocal%20Dome/LVDBH5XRL800.pdf>

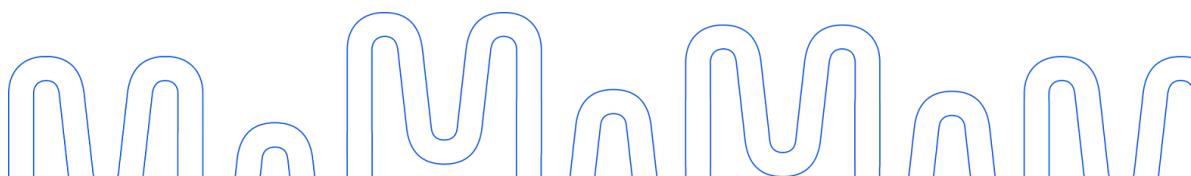
2. CONCLUSÃO

Considerando a análise da especificação técnica apresentada pela proponente em verificação documental diligenciada pelo documento da fabricante pelo mesmo part number LVDBH5XKL800, informamos à comissão de licitação que esta marca modelo ofertada **não atende** integralmente à qualificação técnica exigida no edital, não restando comprovadas as características mínimas exigidas pelo edital.

É o parecer.

Após esta desclassificação, a Recorrente “Positivo” foi convocada para apresentar sua proposta, sendo que, para melhor organização do argumento, os graves fatos ocorridos nesta fase serão apresentados posteriormente.

Voltando para questão da proposta do Grupo Multi, a decisão acima foi revertida em Recurso Administrativo, pois a Administração reconheceu que avaliou o catálogo de modelo divergente na licitação, pois verificou as especificações do SKU LVDBH5X**R**L800, ao invés do LVDBH5X**K**L800, que foi o efetivamente cotado:



"A empresa encaminhou a comissão de licitação recurso administrativo (fl. 2722, mov 411 a fl. 2735, mov 411) referente ao parecer da Celepar emitido em 03/02/2025 (fls. 1468, mov 236 a fls. 1469a, mov 238). Informamos que recontamos o equívoco da diligência em analisar **part numbers diferentes do ofertado pela proponente Multi**, pois eles eram muito semelhantes (LVDBH5XKL800 e LVDBH5XKL800).

Em nova avaliação com o **part number** da fabricante correto LVDBH5XKL800 referente ao item 6.1 LOTE 1 - ITEM 01 - CÂMERA IP 6MP, conforme consta no edital em que a proponente apresentou a marca e modelo Longse Technology Limited/Multi/Multi Giga/M5 ID840 IKZ AI (P/N: LVDBH5XKL800) (fl. 724 mov. 178) e link com as especificações do produto (fls. 726 mov. 178): <https://governo-arquivos.grupomulti.com.br/products/celepar-pr-pe-n-103-2024-57/files/249-datasheet-multi.pdf>.

Foi para diligenciar o site: <https://www.longse.com/Products/NetworkProducts/NetworkCameras/Value/8MP/2023/0329/8341.html>

A reanálise considerou a errata publicada (fls 339 mov. 43 e-protocolo 23.070.017-6) e que não foi considerada na análise anterior e a equipe técnica fez a análise e não encontrou divergências conforme planilha a seguir:

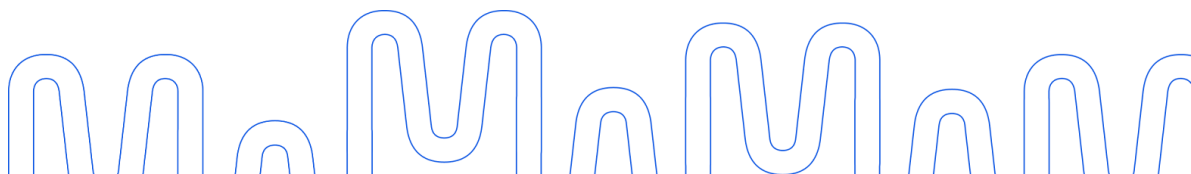
EDITAL: LOTE 1 - ITEM 01 - CÂMERA IP 6MP	Multi - M5 ID840 IKZ AI / Longse LVDBH5XKL800 (fls. 738 a fls. 757, mov 181)	ATENDIMENTO
Fonte documental	https://governo-arquivos.grupomulti.com.br/products/celepar-pr-pe-n-103-2024-57/files/249-datasheet-multi.pdf https://www.longse.com/Products/NetworkProducts/NetworkCameras/Value/8MP/2023/0329/8341.html	Sim
Fonte da diligência documental	Deve possuir sensor de imagem CCD/MOS/CMOS com resolução muito próxima de 6MP, atendendo o mínimo de 3200 x 1800 de Sensor de imagem 1/2.8" resolução e varredura Progressiva CMOS Sony Starvi, progressiva. Resolução 8MP 3864(H) x 2192(V). Deve possuir lente varifocal motorizada de 2.7-13mm, De 2.7-13.5mm zoom motorizado, admitindo variações de Horizontal FOV 103°-29°, Vertical: aproximação até 2mm para mais FOV 54°-16°, Diagonal FOV 124° ou para menos. -33	SIM SIM

Assinatura Qualificada realizada por: **Elisabete Nehrke** em 22/04/2025 11:12. Inserido ao protocolo 23.070.017-6 por: **Elisabete Nehrke** em: 22/04/2025 11:11.
Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **ded607140265edde35ba4839087c277d**.

O que chama a atenção neste fato é o “erro” básico cometido pelo avaliador **DE OLHAR O PRODUTO ERRADO**, somado ao fato da falta de interesse em fazer diligência junto ao Grupo Multi para questionar o porquê supostamente a descrição do produto, estava divergente do que ele estava avaliando. Note que a situação acima demonstra que a Celepar, ao invés de impor esforços para esclarecer o fato, decidiu por desclassificar a empresa de forma sumária, sem qualquer chance de manifestação.

Este fato de forma isolada pode não parecer muito relevante, mas quando contextualizado com o que ocorreu na análise da proposta da Positivo no certame (e na próxima licitação que será citada), traz dúvidas inquestionáveis sobre a isonomia na condução do processo. Isso porque, durante a fase de propostas, a “Positivo” alterou o modelo/versão do produto inicialmente cotado na licitação e esta alteração não foi juntada nos autos do processo administrativo no mesmo tempo da ocorrência, mas somente após questionamento do Grupo Multi por e-mail.

A Positivo encaminhou para o e-mail do órgão (licita@celepar.pr.gov.br) com assunto: “Proposta Atualizada Lote 1 - Positivo Tecnologia S.A - CELEPAR/PR - PE 103/2024 - E-mail 1/7” a sua proposta escrita e documentos como catálogo do produto ofertado inicialmente, conforme:



Remetente: "Hingrid Barbara Miguel" [REDACTED]
Data: 06/02/2025 23:18
Assunto: Proposta Atualizada Lote 1 - Positivo Tecnologia S.A - CELEPAR/PR - PE 103/2024 - E-mail 1/7
Para: "licita@celepar.pr.gov.br" <licita@celepar.pr.gov.br>
Com Cópia: "[REDACTED]"

Prezado(a) Pregoeiro(a),

REF.: EDITAL - LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 103/2024
LICITAÇÕES-E Nº 1060092
E-PROTOCOLO Nº 23.070.017-6

Conforme solicitado via chat, encaminhamos em anexo nossa Proposta de Preços Atualizada, Documentação Técnica e Habilitação para o Lote 1 do Pregão Eletrônico nº 103/2024.

Devido ao tamanho dos arquivos, estaremos enviando os documentos acima em 7 (sete) e-mails.

Esse é o e-mail 1/7 com a Proposta de Preços e Documentação Técnica.

Desde já a Positivo Tecnologia S.A. agradece a atenção dispensada, bem como aproveita a oportunidade para renovar seus protestos de elevada estima e consideração.

Favor confirmar o recebimento.

Grata,
HINGRID BARBARA MIGUEL

Dentre os documentos que merecem atenção, estão a proposta escrita, especificação técnica e catálogo do produto ofertado, que indicam expressamente o modelo CIP-DL3836-ZA2SM:

Arquivo: Proposta CELEPAR - CWB

2 PLANILHA DE PREÇOS

LOTE 1					
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Câmera IP 6MP. Especificações técnicas em anexo. Marca: POSITIVO SEG Modelo: CIP-DL3836-ZA2SM Fabricante: POSITIVO TECNOLOGIA S.A.	Unitário	40.596	R\$ 797,45	R\$ 32.373.280,20
02	Serviço de Garantia Estendida	Unitário	40.596	R\$ 126,27	R\$ 5.126.056,92

Arquivo: Especificação Técnica - Lote 1

POSITIVO
TECNOLOGIA

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Lote / Item : 1 / 01
Marca : POSITIVO SEG
Modelo : CIP-DL3836-ZA2SM
Fabricante : POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
Quantidade : 40.596 (QUARENTA MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E SEIS) UNIDADES

Os equipamentos serão fornecidos nas especificações/configurações abaixo:

Arquivo: POSITIVOSEG CAM



Inclusive, o catálogo apresentado traz a imagem ilustrativa do equipamento, não restando dúvidas que quanto a sua forma externa se trata de câmera tipo dome - formato de cúpula (dome). Além disso, cabe ressaltar que este arquivo possui tamanho de 259KB. Essa informação deve ser gravada, pois foi primordial para ser constatada a alteração de modelo. Veja-se a reprodução visual da câmera:

POSITIVO
SEG

CIP-DL3836-ZA2SM | Dome IP 6MP Varifocal



A Câmera Dome IP Positivo CIP-DL3836-ZA2SM 6MP é ideal para uso em aplicações que demandam alta resolução e versatilidade de funcionalidades, desde salas de aula até auditórios e fábricas.

Logo, a proposta da Positivo vinculou-se ao modelo CIP-DL3836-ZA2SM Dome. Entretanto, para surpresa do Grupo Multi, posteriormente ao envio dos documentos, no dia 10/02/2025, a Positivo reenviou o e-mail, indicando que o catálogo do produto havia sido “atualizado para a geração 2”, conforme:

ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente: "Hingrid Barbara Miguel" <hingridm@positivo.com.br>
Para: "Marta Cecile Pariz" <marta@celparpr.gov.br>
<cmouira@positivo.com.br> - André Luis Herzon <andrelh@positivo.com.br> - Maria
Com Cópia: "Alexandro Sant Ana Bello" <alexandr@positivo.com.br> - "Marta Cecile Pariz" <marta@celparpr.gov.br>
<jqmilano@positivo.com.br>, Marielva Andrade Silva Dias <marielva@positivo.com.br>

Data: 10/02/2025 16:41 (26 minutos atrás)
Assunto: RES: Proposta Atualizada Lote 1 - Positivo Tecnologia S.A - CELEPAR/PR - PE 103/2024 - E-mail 7/7 - FINAL
image001.png (1.29 KB)
image002.png (1.27 KB)
Anexos: image003.png (4.81 KB)
image004.png (19.79 KB)
POSITIVOSEG CAM.pdf (511.64 KB)

Prezado(a) Coordenador(a) de Disputa, boa tarde!

REF.: EDITAL – LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 103/2024
LICITAÇÕES-E Nº 1060092
E-PROTOCOLO Nº 23.070.017-6

Segue atualização do catálogo do produto para geração 2.

Desde já a Positivo Tecnologia S.A. agradece a atenção dispensada, bem como aproveita a oportunidade para renovar seus protestos de elevada estima e consideração.

Note-se que, o e-mail enviado no dia 10/02/2025 possui como anexo a mesma nomenclatura de POSITIVOSEG CAM, como no primeiro catálogo apresentado, porém o tamanho do arquivo é muito superior ao do primeiro, sendo que este conta com 511.64KB enquanto o anterior possuía apenas 259KB. Isso por si só, já é indício de que não se trata de atualização, mas sim de documento novo.

Porém, isso não é tudo, a alteração de catálogo foi confirmada pelo órgão quando questionado pelo representante do Grupo Multi, que após solicitar a íntegra do processo, verificou que o primeiro catálogo apresentado no dia 06/02/2025 não estava incluso na documentação, somente o último, conforme:

De: Licita Celepar <licita@celepar.pr.gov.br>
Enviada em: segunda-feira, 17 de março de 2025 17:57
Para: [REDACTED]
Assunto: Re: RES: Proposta Atualizada Lote 1 - Positivo Tecnologia S.A - CEL EPAR/ PR - PE 103/2024 - E-mail 1/7

Boa tarde,

A licitante, Positivo, encaminhou email com atualização de catálogo, conforme página, pagina 1672. Todos os documentos (de habilitação e técnico) foram encaminhado para análise da área técnica em um único momento. Dessa forma, o primeiro catálogo enviado não foi objeto de análise, portanto não foi incluído no processo.

Att.

Em 17/03/2025 às 16:55 horas, [REDACTED] escreveu:

Recebi os documentos conforme informados.

Gostaria de esclarecimento do motivo deste catálogo não estar presente no processo administrativo.



De: Licita Celepar <licita@celepar.pr.gov.br>
Enviada em: segunda-feira, 17 de março de 2025 16:06
Para: [REDACTED]
Cc: Licita Celepar <licita@celepar.pr.gov.br>
Assunto: Fw: Proposta Atualizada Lote 1 - Positivo Tecnologia S.A - CELEPAR/ PR - PE 103/2024 - E-mail 1/7

Boa tarde,

Em atendimento a sua solicitação segue email de documentação enviado pela licitante POSITIVO,

Att.



Ocorre que, ao remeter-se à página 1672 do processo – indicado como catálogo “atualizado” é perceptível que não se trata de nenhuma atualização de geração, como tentava mascarar a Positivo, mas sim se tratava de um produto novo. Ou seja, a Positivo furtivamente e após a apresentação da proposta escrita e catálogo alterou seu modelo ofertado, desvinculando-se da proposta comercial original, mantendo a numeração do modelo anterior e adicionando “geração 2” para alegar ser o modelo referenciado na proposta inicial, mas a diferença das fotos do produto explica tudo.

Veja-se o último catálogo apresentado pela Positivo, que seria uma “atualização”:



Para que não restem dúvidas da alteração de modelo ofertado, abaixo novamente a imagem retirada do primeiro catálogo apresentado pela recorrida, sendo que inicialmente foi ofertado “tipo Dome” e posteriormente modificado para “tipo Bullet”:



O objetivo de trazer as informações acima é para demonstrar que houve evidente diferença de tratamento entre as empresas, pois inicialmente o Grupo Multi foi desclassificado pois a Celepar se baseou em um catálogo de um produto diferente, sem qualquer diligência ou esclarecimento de dúvidas e, posteriormente, a Positivo teve seu produto alterado... e o pior, isto só foi juntado no processo administrativo após o representante do Grupo Multi ter percebido a diferença de tamanho dos catálogos e solicitado expressamente à juntada para Administração.

Reforçando: Para um lado sequer foi ofertado o DIREITO de apresentar esclarecimento via diligência de um erro na análise do órgão promovente, de outro lado foi possibilitada a alteração do produto e o pior, com sérias dúvidas sobre a intenção da Administração em deixar isto claro no seu processo administrativo.

Como dito acima, a decisão da Administração em desclassificar o Grupo Multi pelo catálogo equivocado era tão injustificável que foi revertida, mas, posteriormente, em outra análise foi novamente desclassificada por supostamente não atender um requisito de criptografia da gravação. Para demonstrar o tamanho absurdo da decisão, cabe inicialmente demonstrar a exigência do edital sobre este ponto:

- 6.1.21 Deve permitir configuração, visualização da câmera através de WEB Browser padrão de mercado com controle de acesso através de autenticação de usuário e senha criptografados.
- 6.1.22 Deve possuir no mínimo três tipos de usuários com diferentes níveis de permissão, sendo administrador, operador e visualizador.
- 6.1.23 Deve possuir recurso para gravação das imagens em cartão de memória quando a comunicação com um sistema de gravação for interrompida.
- 6.1.24 Deve possuir slot para cartão de memória, acompanhado de um cartão de memória de 128GB com velocidade de gravação compatível com a câmera e com armazenamento criptografado.

Note que o edital é extremamente sucinto na exigência de criptografia, sem qualquer tipo de detalhamento técnicos sobre formas, possíveis configurações, entre outros, justamente por este motivo o Grupo Multi optou por entregar uma versão de câmera que possuía criptografia automática e sem possibilidade de desativar esta função, justamente para evitar qualquer tipo de erro humano.

Mesmo assim a Celepar, após recurso da Positivo desclassificou a proposta do Grupo Multi com os seguintes argumentos:

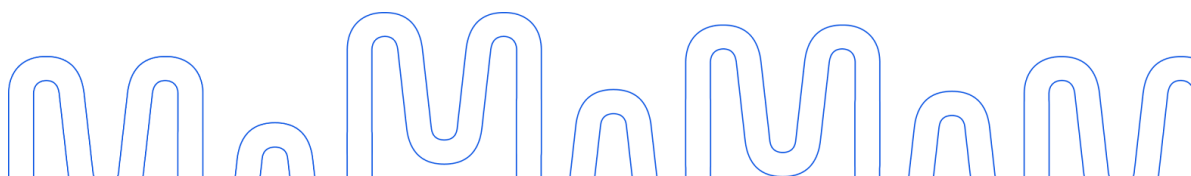
Trecho extraído do arquivo enviado pela Positivo:

Conclusão:

A análise da amostra revela que, embora não tenha sido possível confirmar explicitamente a criptografia dos arquivos por métodos convencionais — dada a ausência de configurações ou parametrizações relacionadas a criptografia no software da câmera — o acesso aos vídeos é restrito ao software da câmera utilizada para a gravação, exigindo autenticação.

Essa restrição inicial sugere a existência de um mecanismo de proteção. Contudo, os testes realizados não permitem afirmar que se trata de criptografia conforme o requisito. A criptografia, por definição, exige um método para encriptar um conteúdo usando uma chave conhecida, tornando-o ilegível independentemente do software ou hardware de visualização. Essa funcionalidade específica de criptografia, com o uso de chaves para proteção e decodificação, não foi encontrada no software da câmera.

Confirmamos que os arquivos só puderam ser abertos com o software do fabricante da câmera específica. Entretanto, a diligência apontou uma fragilidade crítica: um terceiro, não sendo o controlador ou operador do dado, poderá acessar o conteúdo em caso de furto da câmera. Isso ocorre porque não é possível usar uma chave criptográfica para proteger o conteúdo do cartão SD da câmera furtada, o que permitiria a esse terceiro o acesso irrestrito às imagens gravadas.



Embora o acesso via software da câmera gere uma dependência exclusiva para cada dispositivo, a mera autenticação de usuário e senha por uma licença de software não equivale à criptografia. Essa lacuna de proteção expõe a possibilidade de um terceiro acessar as imagens gravadas, o que fere os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) na relação entre a operadora e a controladora dos dados.

Fundamentação da Não Conformidade:

Considerando que o item 6.1.21 tem como objetivo principal a proteção total do acesso aos conteúdos por meio de criptografia, permitindo o acesso exclusivo ao controlador e operador dos dados em atendimento à LGPD:

A mera autenticação por usuário e senha via licença de software da câmera não garante a proteção total ao acesso dos vídeos gravados sem a dependência intrínseca do hardware.

Os conteúdos gravados no cartão não estão, de fato, criptografados de acordo com as boas práticas e conceitos de criptografia necessários para a conformidade com a LGPD.

A vulnerabilidade de acesso por terceiros em caso de furto da câmera, devido à impossibilidade de proteção por chave criptográfica, contraria diretamente o espírito e a letra da LGPD no que tange à segurança e privacidade dos dados. Diante do exposto, e considerando a relevância do tema para o Ministério Público do Paraná, que realiza inspeções sobre o cumprimento da LGPD neste projeto, entendemos que o item 6.1.21 não é atendido na amostra apresentada.

Em resumo:

O requisito 6.1.16 atende na amostra apresentada.

O requisito 6.1.21 não atende na amostra apresentada

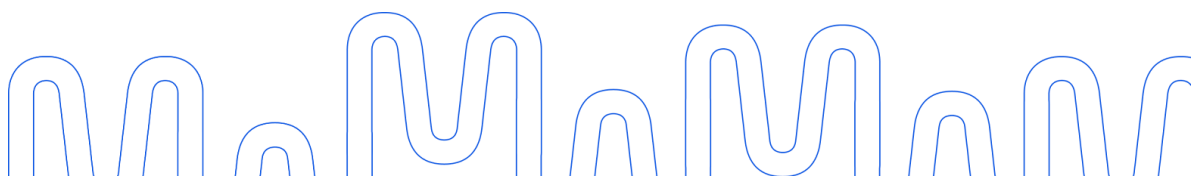
O fato é que o arquivo de imagem resultante no cartão “micro sd” não pode ser aberto por qualquer outro sistema que não o da própria câmera, justamente porque a chave de descryptografia está vinculada ao software daquela câmera específica. Ou seja, o arquivo é criptografado, conforme admitido pelo próprio avaliador.

Mesmo assim, a Administração decidiu desclassificar o Grupo Multi, pois:

“um terceiro, não sendo o controlador ou operador do dado, poderá acessar o conteúdo em caso de furto da câmera”. Isso ocorre porque não é possível usar uma chave criptográfica para proteger o conteúdo do cartão SD da câmera furtada, o que permitiria a esse terceiro o acesso irrestrito às imagens gravadas. Embora o acesso via software da câmera gere uma dependência exclusiva para cada dispositivo, a mera autenticação de usuário e senha por uma licença de software não equivale à criptografia”.

Esta conclusão é tecnicamente equivocada, pois no caso de furto da câmera um terceiro não terá acesso aos dados do microSD, pois este arquivo de vídeo só podia ser visualizado pelo software da câmera, e o software da câmera só pode ser aberto por quem tiver usuário e senha (que também são criptografados). Ou seja, o agente delituoso teria que além de roubar a câmera, conseguir roubar as senhas de acesso da Administração. Alegar que não é possível usar uma chave criptográfica para proteger o conteúdo é absolutamente inverídico, pois a chave é vinculada ao hardware, tornando ainda mais seguro.

Quanto ao cenário de furto da câmera, é importante destacar que **mesmo com o roubo do equipamento físico**, o acesso aos dados gravados no microSD seria impossível sem a senha de acesso ao sistema da câmera. O arquivo criptografado permanece inacessível a qualquer terceiro sem que haja a combinação de três fatores essenciais:



- A posse do equipamento físico (a câmera E o cartão microSD);
- O conhecimento da senha de acesso ao sistema da câmera, o que é protegido pela autenticação de usuário e senha e somente o gestor do parque deve possuir;
- O acesso ao software proprietário da câmera, que é o único capaz de descriptografar os arquivos de vídeo.

Sem esses três elementos, o **arquivo permaneceria criptografado e inutilizável**, o que efetivamente impede qualquer acesso não autorizado, mesmo que o equipamento seja furtado.

O sistema de autenticação por usuário e senha, descrito na análise, não deve ser interpretado como um simples controle de acesso, mas sim como a chave de liberação de acesso ao sistema responsável pela descriptografia do conteúdo. Ou seja, a autenticação não garante o acesso ao arquivo diretamente, mas sim ao sistema que detém a chave criptográfica necessária para a descriptografia do arquivo.

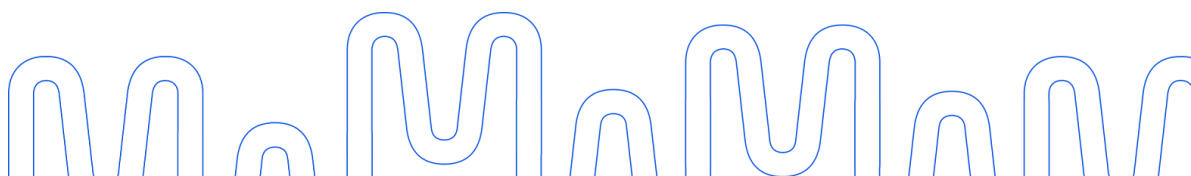
Isso significa que, para acessar o conteúdo criptografado no cartão microSD, não basta ter acesso ao dispositivo físico (a câmera ou o cartão). É necessário também autenticar-se no sistema da câmera, que é o único que possui a chave de descriptografia. Este processo garante que o acesso ao conteúdo seja restrito, e não está simplesmente dependendo de um software genérico ou de um controle de login sem maior segurança.

Não há a menor intenção de adotar tom jocoso, mas se a Celepar entende que uma pessoa que tenha acesso aos três fatores — **1)** o arquivo criptografado (gerado pela câmera), **2)** o equipamento (a câmera em si, que funciona como um dispositivo de criptografia/descriptografia), **3)** e a chave de acesso (usuário e senha de autenticação) — não pode acessar os dados, resta evidente que absolutamente nenhum usuário poderia utilizar estes dados e eles seriam gravados sem qualquer utilidade.

Isso demonstra uma compreensão superficial do funcionamento de sistemas de criptografia modernos, em sistemas legítimos e seguros, como este, é natural que o acesso ao conteúdo é possível quando todas essas condições são atendidas.

Ou seja, se o furto do equipamento inclui a obtenção tanto do arquivo criptografado, quanto do equipamento (a câmera) e das credenciais de acesso, então é evidente que o criminoso teria acesso aos dados. Porém, sem a combinação desses três elementos, o arquivo permanece inacessível até mesmo para o legítimo proprietário. A desclassificação, portanto, foi fundamentada em uma interpretação equivocada da natureza da criptografia e da segurança do sistema, que, se analisado corretamente, protege efetivamente os dados, como qualquer dispositivo criptografado exigiria.

Resumidamente, a empresa Grupo Multi foi desclassificada em primeiro momento por uma análise de um catálogo errado, sem qualquer esclarecimento por diligência, e posteriormente por uma interpretação equivocada e extremamente extensiva da previsão do edital, enquanto seu concorrente “Positivo” teve a possibilidade de alterar o seu produto durante a fase de propostas, fato que só ficou claro no processo administrativo após provocação do Grupo Multi.



O objetivo aqui é demonstrar que existe indícios de decisões tendenciosas e tratamento não isonômico nos processos apresentados, não sendo fato exclusivo do pregão de câmeras digitais acima, mas também no de equipamentos de informática que também foi referenciado pela Positivo, no qual a CELEPAR atua como órgão de avaliação técnica e não contratante.

Referente ao Lote 3, do PE 1031/2023, a Positivo simplesmente omite que foi ofertada pelo Grupo Multi denúncia no Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que teve decisão favorável pela suspensão deste lote justamente por indícios de tratamento não isonômico, conforme pode ser consultada no site www.tce.pr.gov.br, mediante identificador de número ZLYU.Y11A.EBFE.LIPH.

É importantíssima a leitura integral da decisão que defere a medida cautelar no certame:



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Gabinete do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva

Ressaltou que o referido documento foi assinado pelos participantes da sessão, inclusive por representantes da empresa MULTILASER, o que atestaria sua validade formal e material no contexto do certame.

Ao final, enfatizou que o procedimento licitatório deve ser conduzido de forma a assegurar ampla participação dos interessados, não devendo haver exclusão de candidatos por meras formalidades, em observância ao princípio da razoabilidade.

Vieram os autos conclusos para análise.

É o breve relato.

II. Da análise do pedido de reconsideração, ao menos neste juízo preliminar, verifico a presença de indícios suficientes para reconsiderar a decisão proferida no Despacho n. 579/25 (peça 21) e, por conseguinte, **deferir** a medida cautelar pleiteada.

Compulsando os autos, verifico indícios de afronta ao princípio da isonomia, previsto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, particularmente no que se refere à condução equitativa entre os concorrentes.

As alegações formuladas apresentam plausibilidade jurídica, especialmente quanto à possível quebra da cadeia de custódia da amostra e à violação do princípio da isonomia entre os licitantes.

Ademais, o risco de dano de difícil reparação, decorrente da eventual continuidade do certame sob possível vício na fase de avaliação técnica, recomenda a suspensão do procedimento até o completo esclarecimento dos fatos.

A ausência de ata formal de avaliação da amostra da representante, em contraste com o registro documental das outras licitantes, associada à suposta violação do lacre da amostra antes da sessão pública, sugere, em tese, tratamento desigual entre as participantes. Tais circunstâncias justificam a apuração rigorosa, com vistas à preservação da lisura e da integridade do certame.

Conforme consignado no Despacho n. 763/25 (peça 32), intimei a representada para que apresentasse a ata formal de avaliação da amostra da empresa representante, bem como da vencedora do certame ou, na ausência desse documento, justificasse a razão pela qual apenas uma das licitantes teria tido sua avaliação documentada em ata formal.



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Gabinete do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva

A representada, em sua manifestação inicial, não abordou adequadamente essa questão. Após nova intimação, alegou que o documento intitulado Parecer n. 1669204/v01 – DTO/GTI/COPIS, embora não nominado formalmente como “ata”, cumpria essa função por registrar os acontecimentos da sessão.

Todavia, esse documento foi apresentado apenas após a segunda intimação e ao argumento de falha técnica no sistema e-Contas, sem comprovação suficiente de que o tratamento dispensado às licitantes foi isonômico, nem que a participação da representante tenha ocorrido em condições equânimes às da vencedora.

Destaco ainda que a representante aponta que sua amostra, lacrada em 28/01/2025, teria sido aberta antes da sessão pública de avaliação, agendada para 21/02/2025, conforme mensagem do pregoeiro enviada em 14/02/2025.

A violação do lacre, se confirmada, indica possível manipulação prévia da amostra fora da presença da licitante, o que compromete a cadeia de custódia, a confiabilidade da análise técnica e fere os princípios da segurança jurídica e da integridade do procedimento.

Ressalto, ainda, que o próprio Despacho n. 209/2025 – SEAP/DECON reconhece a existência de conferência prévia da amostra. Contudo, afasta seus potenciais consequências ao alegar que a representante *“não demonstrou, de forma objetiva ou técnica, de que maneira a conferência prévia da amostra teria influenciado”*.

Vejamos:

O despacho 209/2025 – SEAP/DECON ratifica a ocorrência da manipulação prévia, classificando-a como “conferência normal”, mas não apresentou evidências de que o equipamento permaneceu íntegro:

Ademais, cumpre destacar que a representante não demonstrou, de forma objetiva ou técnica, de que maneira a conferência prévia da amostra teria influenciado ou comprometido os resultados obtidos na avaliação técnica formal conduzida pela

CELEPAR. Tal alegação, desprovida de elementos concretos ou evidências que indiquem prejuízo real ao desempenho do equipamento, revela-se meramente especulativa e incapaz de invalidar a conclusão do laudo técnico, o qual observou rigorosamente os parâmetros estabelecidos no edital.



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Gabinete do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva

Todavia, esse ônus não pode ser integralmente transferido à licitante, uma vez que o dever de garantir a inviolabilidade das amostras, até o momento da sessão oficial, compete à Administração Pública, caso ela esteja em posse dos itens.

No mesmo sentido, o *Parecer n. 1669204/v01 – DTO/GTI/COPIS*¹, elaborado pela CELEPAR, aponta possível manipulação prévia da amostra, sugerindo uma possível quebra da cadeia de custódia. In verbis:

2.2.4.1 Dia 18/2 tentamos sem sucesso instalar o software Passmark Performance Test usando a loja Play Store. Observamos que o equipamento chegou para homologação configurado para o domínio Google da Multilaser e devolvemos para a SEED. O analista da SEED contatou o fornecedor para poder atuar e assim testar o equipamento, com as aplicações da mesma.

Neste contexto, entendo que a mera dúvida razoável sobre a integridade da amostra já compromete a lisura do certame e impõe a paralisação imediata do procedimento para apuração dos fatos.

Ainda, foi apontado pela representante que a tinta da etiqueta da fonte apresentada desprende-se ao ser tocada, circunstância que, neste momento, não pode ser atribuída exclusivamente à qualidade do material fornecido, considerando a possibilidade de exposição prévia a condições adversas, conforme sugerido, que não estavam sob controle da licitante.

Dentre essas hipóteses, incluem-se o uso de substâncias químicas, aplicação de força excessiva ou armazenamento inadequado, o que reforça a tese de possível ruptura da cadeia de custódia da amostra, violando a isonomia e o contraditório no certame.

Assim, a própria natureza do procedimento licitatório exige que todos os atos se desenvolvam sob rigoroso controle, garantindo igualdade de condições entre os participantes.

Quando há possibilidade de que uma licitante tenha sido avaliada com base em material manipulado fora do contexto oficial de verificação, a Administração tem o dever de estancar a marcha processual e promover a devida apuração dos fatos, sob pena de incorrer em vício insanável.

¹ Anexo III – Parecer nº1673409/v04 – DTO/GTI/COPIS.

Note-se que já há decisão preliminar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná demonstrando que houve tratamento desigual na licitação em questão, o que somado ao ocorrido na licitação da própria Celepar é possível concluir pelo menos pela dúvida sobre a isonomia do processo.

Diferentemente da Positivo, o Grupo Multi entende que as alegações devem ser apresentadas em seu contexto integral, por este motivo informa que a liminar de suspensão do lote 3 foi revogada algumas semanas depois a decisão inicial, mas não por alteração do entendimento do mérito, mas sim pela solicitação de um terceiro interessado sob alegação de perigo de dano reverso para Administração Pública:

Conforme exposto pela SEED na peça 78, os recursos destinados à aquisição dos equipamentos — notadamente Chromebooks — decorrem do Programa Escola em Tempo Integral (PETI), instituído pela Lei n. 14.640/2023 e pactuado junto ao Ministério da Educação, cujo prazo de execução expira em 30/10/2025. A inércia ou a demora na retomada do certame pode inviabilizar a aplicação dos referidos recursos, implicando perda de verba federal já vinculada, com impacto direto na continuidade de política educacional. A doutrina reconhece, nesses casos, o chamado perigo do dano reverso, consistente no risco de que a manutenção de uma medida cautelar venha a produzir efeito contrário ao interesse público, gerando, em vez de prevenir danos, prejuízos irreversíveis à Administração ou à coletividade: *periculum in mora* inverso ou, mais especificamente, na sua ‘não produção’, consistente, exatamente, no afastamento, por seu turno, da eventual concretização de grave risco de ocorrência de dano irreparável (ou de difícil reparação) contra o réu (impetrado ou requerido), como consequência direta da própria concessão da medida liminar eventualmente deferida ao autor (impetrante ou requerente).³ Ressalte-se, ainda, que a manutenção da cautelar, diante da atual conjuntura, revela-se incompatível com o princípio da proporcionalidade, que exige ponderação entre os meios utilizados e os fins pretendidos pela medida. A suspensão do certame, inicialmente justificada pela necessidade de apuração de possíveis irregularidades, não pode perdurar quando os efeitos colaterais decorrentes dessa paralisação se mostram mais lesivos ao interesse público do que o risco apontado na representação. A eventual perda de recursos federais vinculados, comprometendo uma política pública essencial como a inclusão digital no ambiente escolar, configura prejuízo concreto, imediato e de difícil reversão, razão pela qual a continuidade da medida cautelar se apresenta desproporcional frente ao cenário atual.

Nesse contexto, mostra-se desproporcional aguardar o julgamento final do feito com a manutenção da suspensão do lote impugnado, especialmente considerando o risco concreto de perda da verba federal destinada à execução de política educacional.

Assim, impõe-se a revogação da medida cautelar, para que o procedimento licitatório possa prosseguir com a urgência que o caso requer.

III. Por todo o exposto, REVOGO A CAUTELAR expedida pelo Despacho n. 888/25 (peça 48). (autenticador ZLYU.YI1A.EBFE.VH34)

Do motivo da revogação da cautelar é possível extrair que até o momento **não houve alteração no entendimento de mérito**, apenas uma preocupação com relação à utilização de verbas federais que inclusive pode acarretar transferência de competência do julgamento da



possível irregularidade ao Tribunal de Contas da União. De qualquer forma a situação está “sub judice”.

Com relação ao Lote 4, a recorrente também omite que também foi desclassificada deste item da licitação porque seu produto não atendia as exigências do edital e que o Grupo Multi sequer teve oportunidade de apresentar recurso administrativo da decisão, ao passo que o lote ainda está correndo com a convocação da empresa Horus.

81.243.735/0009-03

Desclassificada

POSITIVO TECNOLOGIA S.A

BA

Valor ofertado (unitário)

Valor negociado (unitário)

R\$ 56.130.000.0000

-

Chat

Proposta

Motivo da desclassificação

Conforme PARECER Nº 1662843 / v04 - DITO / GTI / COPIS disponível no portal da transparência.

Valor proposta (unitário | total)

R\$ 135.739.387.5000 | R\$ 135.739.387.5000

Quantidade ofertada

1

Participação desempate ME/EPP

Não se aplica

Valor ofertado (unitário | total)

R\$ 56.130.000.0000 | R\$ 56.130.000.0000

Marca/Fabricante

POSITIVO / POSITIVO TECNOLOGIA S.A

Participação disputa final

Não se aplica

Valor negociado (unitário | total)

-

Modelo/Versao

POSITIVO MASTER N6445

Anexos

Diligências

04.602.789/0001-01

Desclassificada

DATEN TECNOLOGIA LTDA

BA

Valor ofertado (unitário)

Valor negociado (unitário)

R\$ 56.140.000.0000

-

Chat

Proposta

Motivo da desclassificação

Conforme PARECER Nº 1662843 / v04 - DITO / GTI / COPIS disponível no portal da transparência.

Valor proposta (unitário | total)

R\$ 59.000.000.0000 | R\$ 59.000.000.0000

Quantidade ofertada

1

Participação desempate ME/EPP

Não se aplica

Valor ofertado (unitário | total)

R\$ 59.000.000.0000 | R\$ 59.000.000.0000

Marca/Fabricante

POSITIVO / POSITIVO TECNOLOGIA S.A

Participação disputa final

Não se aplica

Valor negociado (unitário | total)

-

Modelo/Versao

POSITIVO MASTER N6445

Anexos

Diligências

07.275.920/0001-61

Desclassificada

LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LIMITA.

SP

Valor ofertado (unitário)

Valor negociado (unitário)

R\$ 59.000.000.0000

-

Chat

Proposta

Motivo da desclassificação

Conforme PARECER Nº 1662843 / v04 - DITO / GTI / COPIS disponível no portal da transparência.

Valor proposta (unitário | total)

R\$ 69.980.000.0000 | R\$ 69.980.000.0000

Quantidade ofertada

1

Participação desempate ME/EPP

Não se aplica

Valor ofertado (unitário | total)

R\$ 69.980.000.0000 | R\$ 69.980.000.0000

Marca/Fabricante

POSITIVO / POSITIVO TECNOLOGIA S.A

Participação disputa final

Não se aplica

Valor negociado (unitário | total)

-

Modelo/Versao

POSITIVO MASTER N6445

Anexos

Diligências

59.717.553/0006-17

Desclassificada

GRUPO MULTI S.A

MG

Valor ofertado (unitário)

Valor negociado (unitário)

R\$ 69.980.000.0000

-

Chat

Proposta

Motivo da desclassificação

Conforme PARECER Nº 1662843 / v04 - DITO / GTI / COPIS disponível no portal da transparência.

Valor proposta (unitário | total)

R\$ 73.500.000.0000 | R\$ 73.500.000.0000

Quantidade ofertada

1

Participação desempate ME/EPP

Não se aplica

Valor ofertado (unitário | total)

R\$ 73.500.000.0000 | R\$ 73.500.000.0000

Marca/Fabricante

POSITIVO / POSITIVO TECNOLOGIA S.A

Participação disputa final

Não se aplica

Valor negociado (unitário | total)

-

Modelo/Versao

POSITIVO MASTER N6445

Anexos

Diligências

11.930.119/0002-60

Desclassificada

HORUS SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA

ES

Valor ofertado (unitário)

Valor negociado (unitário)

R\$ 73.500.000.0000

-

Chat

Proposta

Motivo da desclassificação

Conforme PARECER Nº 1662843 / v04 - DITO / GTI / COPIS disponível no portal da transparência.

Valor proposta (unitário | total)

R\$ 90.492.925.0000 | R\$ 90.492.925.0000

Quantidade ofertada

1

Participação desempate ME/EPP

Não se aplica

Valor ofertado (unitário | total)

R\$ 90.492.925.0000 | R\$ 90.492.925.0000

Marca/Fabricante

POSITIVO / POSITIVO TECNOLOGIA S.A

Participação disputa final

Não se aplica

Valor negociado (unitário | total)

-

Modelo/Versao

POSITIVO MASTER N6445

Anexos

Diligências

Para finalizar este capítulo, pede-se escusas para a Administração por expor fatos ocorridos em outros certames que fogem da competência do FNDE avaliar, mas este esforço argumentativo foi absolutamente necessário para demonstrar que as licitações trazidas pela “Positivo” como um “paradigma”, visando alegar que o Grupo Multi não respeita as suas propostas comerciais, possuem condução no mínimo “atípica” pela recorrência de atos no mínimo discutíveis prejudiciais ao Grupo Multi e o pior, ainda estão em processo, seja no próprio certame ou por denúncia nos órgãos competentes e devem ser desconsiderados pela Administração no julgamento do presente recurso administrativo.

A estratégia da Positivo com a argumentação acima é atrasar esta licitação ao ponto de impossibilitar que os produtos fiquem disponíveis para os alunos para utilização já no início de 2026, pois um retorno de fase, convocação para amostra, avaliação, julgamento, diligências, nova declaração de vencedor e nova fase de recursos demoraria no mínimo mais 60 dias o que evidentemente impactará no resultado do projeto.

O fato é que o edital prevê a exigência de amostras apenas em casos excepcionais e caso ainda persistam dúvidas acerca das especificações técnicas, o que não ocorreu, por este motivo a solicitação de amostras pelos motivos apresentados pela Positivo contrariaria a previsão do edital, atrasaria demasiadamente o processo de tamanha importância e, além de tudo, seria totalmente desnecessária pois a Administração já previu no edital formas de fiscalizar e garantir que os produtos entregues atenderão as exigências do Edital, através da “2a Etapa – Análise Documental da Produção, da Produção e de Produtos Entregues”.

3. DOS PEDIDOS

Receber as contrarrazões ao recurso administrativo e, ao final, seja mantida a declaração de vencedora da recorrida.

Nestes termos pede deferimento.

Extrema (MG), 1 de agosto de 2025.

Tiago Griebeler Sandi
Diretor de Governo
074.412.439-55
Grupo Multi S/A

